

Anexo ao Recurso da Santa Casa de Misericórdia de Sabará – MG

Número do Lote: 2

Número da Proposta Recorrida: 063762/2023

Empresa Recorrida: Instituto Brasileiro de Políticas Públicas

Referência: Chamamento Público nº 5, de 17 de outubro de 2023 – Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)

A **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SABARÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.315.681/0001-45, com sede na Rua Francisco de Assis Pereira, nº 55, Bairro Centro, Sabará/MG, CEP 34.505-500, vem, respeitosamente, por meio de seu Presidente, abaixo assinado, apresentar, nos termos do item 8.2 do edital, RECURSO ADMINISTRATIVO em face do resultado divulgado no último dia 12/12/2023 no site do Ministério da Saúde, para a Proposta de Número 063762/2023, Lote nº 2, submetida pelo Proponente Instituto Brasileiro de Políticas Públicas, inscrito no CPNJ nº 09.611.589/0001-39, e, na oportunidade, apresentar as razões para tanto, conforme se segue:

I – PRELIMINAR

Preliminarmente, urge ressaltar que, conforme consta no documento apresentado pelo Proponente, divulgado pela SESA/MS, o Anexo XL não foi devidamente assinado, uma vez que faltou o carimbo da instituição. Insta salientar que o modelo do referido documento traz expressa a seguinte determinação “Assinatura e carimbo do Dirigente máximo ou outra autoridade, por delegação de competência”, sendo imprescindível o carimbo da instituição para a devida comprovação da identificação. Veja:

Assinatura e carimbo do Dirigente máximo ou outra autoridade, por delegação de competência

OBS: A declaração deverá ser feita em papel timbrado, assinada, digitalizada

Segue *print screen* do apresentado pela Instituição:

São Luís - MA, 08 de novembro de 2023.



RITA APARECIDA SALGADO
IBRAPP – INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do exposto, requer-se que seja revisada a classificação da Proponente, a fim de assegurar sua desclassificação e a correta aplicação dos critérios estabelecidos no edital, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da igualdade e da razoabilidade.

Caso não entenda pela imediata desclassificação, a Recorrente expõe outras inconsistências na pontuação da proponente, conforme se segue.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Saúde por meio da Secretaria de Atenção à Saúde Indígena publicou o Chamamento Público nº 5, de 17 de outubro de 2023, visando a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos com capacidade gerencial, operacional e técnica para a prestação de serviços complementares na área de atenção à saúde e determinantes ambientais nos 34 (trinta e quatro) Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e nas 02 (duas) Casas de Saúde Indígena (CASAI) Nacionais, visando alcançar os objetivos específicos pactuados na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas

(PNASPI), em consonância com as especificidades socioculturais dos povos indígenas, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS.

Nesse contexto, o Proponente Instituto Brasileiro de Políticas Públicas apresentou a proposta de número 063762/2023, classificando-se em oitavo lugar no Lote de número 2, composto por 3 DSEIs – DSEI DSEI Interior Sul, DSEI Litoral, Sul DSEI Minas Gerais e Espírito Santo – e 2 CASAIs - CASAI São Paulo e CASAI Brasília.

Entretanto, ao examinar o Relatório de Avaliação [SEI/MS - 0037845737 – Relatório] e a documentação disponibilizada pela SESA/MS, no dia 01 de março de 2023, por meio da pasta “Documentação para comprovação da Capacidade Operacional e Planos de Ação”, verifica-se que a colocação e notas do Proponente não merecem prosperar pelas razões a seguir expostas.

II.I Da Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente

Pontuação total concedida pela SESA/MS no Relatório (Itens 1.1-1.10): 24,50

Pontuação total que deveria ter sido concedida (Itens 1.1-1.10): 21,5

a) Do somatório incorreto

Pontuação concedida pela SESA/MS: 24,50

Pontuação correta: 24

Inicialmente, é importante ressaltar que, caso as argumentações detalhadas a seguir referentes às pontuações não sejam acatadas, a pontuação total concedida permanecerá incorreta. A ora Recorrente, ao realizar o exame do resultado das notas atribuídas ao

Proponente, constatou o somatório incorreto da pontuação. O resultado correto da soma dos itens 1.1 a 1.10 é 24,00, devendo este ser retificado.

b) Da pontuação incorreta concedida à proponente no Critério 1.5 “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com mestrado”

Pontuação concedida pela SESA/MS: 1,00

Pontuação correta: 0,5

Apesar de não ter sido disponibilizada documentação que oportunizasse à Recorrente conferir se de fato foi apresentado o diploma exigido e comprovado o vínculo com a Instituição, constata-se que a Proponente informou apenas dois profissionais mestres na planilha 1.4 do Anexo XL, não devendo nenhum outro ser considerado para fins de pontuação, uma vez que referida informação deveria estar na Tabela por exigência do Edital. Veja:

1.4. Dimensionamento de força de trabalho (critérios 1.4 a 1.6): <listar/relacionar informações como a qualificação do pessoal que atuará na execução do convênio, incluindo os técnicos responsáveis pela elaboração/execução das características técnicas dos itens pretendidos>:

Além disso, é importante ressaltar que, segundo as diretrizes do edital, os profissionais com titulação de doutorado não podem ser pontuados como mestres. Tal prática configuraria *bis in idem* e, ainda implicaria na valoração de uma informação não disponibilizada pela proponente, especialmente porque não listou referido profissional no campo adequado e isso não se coadunaria com os princípios de justiça e equidade no processo de avaliação. Ademais, não se pode presumir que um doutor também seja mestre, uma vez que os títulos são independentes e cada um exige requisitos e méritos próprios, e a Proponente não indicou na Tabela que os doutores também possuem mestrado.

Assim, requer-se a devida revisão da pontuação atribuída ao Critério 1.5 “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com mestrado” para 0,5 caso a

Instituição de fato tenha comprovado o título e vínculo dos profissionais. Requer, ainda, exclusão dos profissionais não devidamente comprovados e a correção quanto à eventual consideração dos doutores como mestres, a fim de garantir a aplicação justa e rigorosa dos critérios estabelecidos no edital.

c) Da pontuação incorreta concedida à proponente no Item 1.10 ‘Sistema de integrado de gestão empresarial (ERP) implantado há mais de 6 meses’

Pontuação concedida pela SESA/MS: 2,00

Pontuação correta: 0,00

O Proponente não cumpriu com as exigências editalícias constantes no anexo XL não indicando existência de nenhum dos módulos definidos no Termo e Referência.

A seguir, observe as exigências do Item 1.8 Anexo XL:

1.8. Sistema de integrado de gestão empresarial: <apresentar sistema utilizado para gerir os ativos do convênio (pessoas e despesas), indicando a existência dos módulos definidos no Termo de Referência. Caso tenha a intenção de desenvolver um sistema próprio, indicar o cronograma de desenvolvimento, considerando que entrará em execução em até 3 meses após a assinatura do convênio>

Agora veja o que foi apresentado pelo Proponente neste ponto:

1.8. Sistema de Integração de Gestão Empresarial:

O sistema TOTVS Backoffice – Linha Protheus é o ERP utilizado pelo IBRAPP para atender às necessidades de todos os contratos e convênios



de todos os segmentos por meio de módulos e funcionalidades especializadas e customizáveis que facilitam os processos administrativos, operacionais e financeiros.

Neste ponto, cumpre ressaltar que, conforme o Item 6.3.2.8., a comprovação deste critério poderá ser realizada por meio de declaração nos moldes do Anexo XL, não tendo sido este requisito cumprido.

Por todo o exposto, requer-se a retificação da Pontuação do Proponente no Critério Item 1.10 “Sistema de integrado de gestão empresarial (ERP) implantado há mais de 6 meses”, devendo esta ser zerada em razão do descumprimento das exigências editalícias.

IV - Conclusão

Em função de todo o exposto, a Santa Casa de Misericórdia de Sabará requer que o presente recurso seja recebido, concedendo efeito suspensivo ao certame em questão até a decisão deste recurso e no mérito que seja julgado procedente para:

- a) Em sede de preliminar, reconhecer e declarar a DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da recorrida Instituto Brasileiro de Políticas Públicas em atenção ao descumprimento das exigências editalícias, em específico, Anexo XL;
- b) No mérito:
 - i. Corrigir o somatório dos itens 1.1 a 1.10 para 24,00 ou, sendo provido o recurso em todos os seus termos, corrigir para 21,50 pontos;
 - ii. Corrigir a pontuação do Critério 1.5 “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com mestrado” de 1,00 para 0,5, eis que a recorrida apresentou apenas 2 mestres na listagem constante no ANEXO XL.

- iii. Corrigir a pontuação do Critério 1.10 ‘Sistema de integrado de gestão empresarial (ERP) implantado há mais de 6 meses’ de 1,00 para 0, dada a ausência de documentação comprobatória e à falta de menção de informações essenciais no corpo do Anexo XL.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Sabará/MG, 11 de março de 2024.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SABARÁ
PROVEDOR